



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0826/13	DATA: 20/06/2013
INÍCIO: 10h53min	TÉRMINO: 12h44min	DURAÇÃO: 01h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h51min	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ARAGONEI DOS SANTOS BANDEIRA - Cidadão do Município de Santa Cruz do Arari, no Estado do Pará, denunciante de maus-tratos e matança indiscriminada de cães na localidade.
NAYANA FADUL DA SILVA - Procuradora da República do Estado do Pará.
ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA - Promotora de Justiça da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará.
IGOR NORMANDO - Vereador na Câmara Municipal de Belém, Estado do Pará.

SUMÁRIO: Denúncia de maus-tratos e matança indiscriminada de cães no Município de Santa Cruz do Arari, no Estado do Pará.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Bom dia a todos!

Declaro aberta a audiência pública para tratar do problema da matança de cães no Município de Santa Cruz do Arari, no Estado do Pará. O requerimento desta audiência pública foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por iniciativa dos Deputados Antônio Roberto, que está aqui presente, um dos autores desse requerimento, juntamente com o Deputado Sarney Filho e este Deputado que vos fala, Deputado Ricardo Tripoli.

Comunico que nós vamos dividir a Presidência, eu e o Deputado Antônio Roberto. Estamos aguardando, também, a presença do Deputado Sarney Filho, que passará por aqui. Hoje estamos tendo três reuniões no mesmo instante, ou seja, a Comissão dos Índios está reunida para discutir a demarcação de terras indígenas; temos um evento aqui ao lado para tratar também de meio ambiente, da questão das mudanças climáticas — Trata-se de uma Comissão Mista entre a Câmara dos Deputados e o Senado —; e esta Comissão, que entendemos ser uma das mais importantes, que tem como princípio apurar os crimes cometidos no Município de Santa Cruz do Arari, por conta da matança dos animais.

Gostaria também, antes de anunciar a presença de todos, de dizer que, inicialmente, vamos passar um pequeno vídeo de 5 a 10 minutos. Em seguida farei a apresentação de todos que estão aqui nesta Comissão. Portanto, peço que apaguem as luzes aqui da frente, e podemos iniciar com a apresentação desse vídeo.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu peço o encerramento da apresentação do filme, até porque o filme fala por si só da crueldade e da falta de dignidade de um mandante que ocupa o maior cargo, um cargo de relevância na cidade de Santa Cruz do Arari, ao cometer delitos da dimensão que nós acabamos de ver aqui. Isso vai na contramão do que espera a população brasileira.

Eu queria lembrar que estão presentes aqui o Vereador Igor Normando, da Câmara Municipal de Belém do Pará; a Dra. Nayana Fadul da Silva, Procuradora da República do Estado do Pará; a Dra. Eliane Cristina Pinto Moreira, Promotora de Justiça da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará; e o Sr. Aragonei dos Santos Bandeira, denunciante da matança desses animais.



Gostaria de lembrar que também está presente o Deputado Ricardo Izar, que, juntamente com os demais Deputados, compõe a Frente Parlamentar em Defesa dos Animais.

No dia de ontem, houve um requerimento de vista de um projeto de lei de minha lavra, que aumenta a pena, criminaliza aqueles que cometem delitos dessa dimensão. A pena hoje, como todos sabem, vai de 3 meses a 1 ano. Por ser muito branda, isso faz com que os juízes obviamente arbitrem penas de entrega de cestas básicas, pintura em creches, coisas de serviços sociais, o que, na verdade, não impõe nada a quem comete um crime da dimensão que acabamos de verificar aqui. Portanto, espero que a pena seja de 3 a 5 anos de reclusão, não de detenção, ou seja, cumprida num sistema prisional, não numa delegacia de polícia e não com serviços sociais.

Todos nós sabemos que os animais, principalmente os domésticos, são sencientes, ou seja, eles sentem: eles sentem amor, eles sentem medo, eles sentem frio, eles sentem calor. Enfim, há necessidade de entendê-los como seres vivos e não como negócio em que podem ser vendidos ou comprados da maneira como o mercado estabelece alguns critérios.

Gostaria de lembrar também o trabalho que os Deputados fizeram para que esta audiência pública pudesse se realizar. Friso aqui a figura do Deputado Antônio Roberto, que, lá no Estado de Minas Gerais, tem sido um dos precursores na questão da defesa dos animais, não só dos domésticos, mas dos silvestres. S.Exa. também tem se empenhado muito, mas tem encontrado alguma dificuldade, é verdade. Eu sei que, no Estado de Minas Gerais, há ainda aqueles que praticam maus tratos. S.Exa. tem se colocado à frente, e para nós é importantíssimo o trabalho que desempenha, bem como o do Deputado Ricardo Izar, do Deputado Sarney Filho, do Deputado Imbassahy, do Estado da Bahia. Ou seja, nós temos aqui, pelo menos no Congresso, representantes dos Estados que ainda olham isso como uma questão de preservação da vida acima de tudo.

Portanto, vou iniciar solicitando que venham compor a Mesa conosco o Vereador Igor Normando; o denunciante Aragonei dos Santos; a Dra. Nayana Fadul da Silva, Procuradora da República do Estado do Pará; e a Dra. Eliane Cristina Pinto Moreira, Promotora de Justiça da Procuradoria-Geral de Justiça do Pará.



Nós vamos dividir esta reunião em duas etapas. Primeiro vamos ouvir dois depoentes e, em seguida, passarei a Presidência ao Deputado Antônio Roberto, para que S.Exa. possa dar continuidade, porque é fundamental essa participação conjunta que nós fazemos na Comissão de Meio Ambiente em Defesa dos Animais.

Serão 15 minutos de apresentação para cada um, tempo que poderá, obviamente, ser maior ou menor.

Eu justifico a ausência hoje de alguns por conta dos movimentos que estão ocorrendo Brasil afora, com os quais nós concordamos. O Congresso precisa ter ouvidos para essas manifestações que acontecem no Brasil, e eu diria que um desses ouvidos é exatamente sobre isto que nós estamos discutindo aqui, no dia de hoje.

Portanto, vou pedir ao Aragonei dos Santos Bandeira que, se possível, conte a história de como essas coisas vêm ocorrendo no seu Município; a que ponto se chegou; a dificuldade que ele teve para oferecer essa denúncia de que nós soubemos aqui no Congresso Nacional; a opressão, a intolerância, enfim, todas as mazelas que foram cometidas contra sua pessoa; e as ameaças que obviamente sofreu.

Quero dizer que a Comissão de Meio Ambiente vai estar atenta não só ao que ocorreu no passado, mas também ao que ocorrer pela frente, contanto com a colaboração das nobres representantes do Ministério Público e do representante do Legislativo local, o Igor Normando, que é Vereador da Câmara Municipal de Belém, no Estado do Pará.

Fique à vontade, Aragonei! Você não precisa seguir a formalidade que temos aqui, pois temos um Regimento Interno. Você, como cidadão, sinta-se extremamente acolhido por todos nós aqui. O seu depoimento será muito importante para que essa Comissão possa, ao final, deliberar e ter um relatório que transmita exatamente aquilo que vem ocorrendo não só na sua região, mas em todo o Brasil.

Esta audiência está sendo gravada e está sendo transmitida via Internet. Eu solicito àqueles que tiverem transparências ou forem fazer apresentações que autorizem a Comissão de Meio Ambiente a dar publicidade a esse material, porque, ao término da conclusão da reunião, nós temos que elaborar um relatório com a aquiescência de todos os que estão dela participando.



Antes de passar a palavra, eu queria cumprimentar a assessoria da Comissão de Meio Ambiente por nos ter ajudado na elaboração desse vídeo, por ter nos ajudado no empenho dos convites e, inclusive, num dia tão difícil como o de hoje, por fazer com que pudéssemos realizar esta audiência.

Quero lembrar que o Prefeito da Cidade de Santa Cruz do Arari, Marcelo Pamplona, foi convidado mais de uma vez. Nós fizemos questão de convidá-lo, mas ele não se manifestou, nem ele nem sua assessoria, o que demonstra total desinteresse e a posição, que ele obviamente assume, de ter cometido essas idiossincrasias, eu diria assim, crimes hediondos contra seres vivos que nem sequer tiveram direito de defesa, que não cometeram nenhum tipo de crime.

Quer dizer, num Estado de Direito, um cidadão que se diz Prefeito de uma cidade, que tem todas as condições de minimizar o alto índice populacional de cães e gatos, poderia buscar o sistema de castração, de adoção, enfim, vários outros sistemas, inclusive de controle de zoonose na sua cidade. Mas ele preferiu atacar a questão dessa forma.

Há coisas graves ainda, e eu espero que, quando nós estivermos discutindo essa questão... Há uma denúncia de que outro Prefeito resolveu atear fogo nos animais, como uma maneira de exterminá-lo. Ou seja, esse holocausto está se alastrando pelo Brasil afora.

Mas eu prefiro que, obviamente, aqueles que forem partícipes e estiveram próximos dessa questão possam aqui conduzir a nossa audiência.

Portanto, coma a palavra o Sr. Aragonei dos Santos Bandeira.

O SR. ARAGONEI DOS SANTOS BANDEIRA - Bom dia a todos.

Há dois anos, o Prefeito Marcelo Pamplona mandou cavar um buraco perto da pista e jogar os cachorros lá dentro, para tacar fogo. A população se revoltou e não deixou. Ele pegou e colocou esses cachorros dentro de um barco, e mandou jogar no Rio Arari, para as fazendas. Depois disso, ele mandou laçar os cachorros, dias 28 e 29 de maio. O pessoal da Prefeitura arrastava os cachorros pelas ruas; quebravam as patas dos cachorros e deles saía o couro.

Como eu tinha cachorro, eu peguei e comecei a filmar. Filmei tudinho. Quando foi 4 horas da tarde, o pessoal lá do supermercado foi me avisar que os meus cachorros já estavam presos no barco. Eu fui para lá e comecei a filmar. O



irmão dele, o Luís Pamplona pegou e mandou os meninos que estavam com ele me agredirem, por causa das filmagens. Eu peguei e filmei tudinho. Aí um rapaz chamado Nicão puxou um terçado para querer me cortar. Aí eu peguei e saí de lá.

Passaram 2 dias, ele pegou e mandou o segurança dele, o Batata, me agredir. Eu fui lá no trapiche, conversar com um amigo meu. Quando eu vim de lá, eu vinha conversando com minha tia. Ele me pegou por trás, começou a me bater. Eu caí no chão, e ele começou a me chutar. Ele pegou e disse: *“Olha, isso daí foi só um recado do Prefeito Marcelo Pamplona, por causa das filmagens”*. E eu ainda nem tinha jogado as minhas filmagens na Internet. Só depois desse fato é que eu vim a procurar a Justiça.

Eu fui à delegacia registrar a ocorrência, e o tio dele, que era investigador lá, se escondeu. Aí, os policiais não quiseram ir atrás do rapaz, porque são comandados por ele, e quem manda no Município é ele. Como o pai dele é Presidente da Câmara em Santa Cruz, não tinha como reagir. Fui para Cachoeira do Arari, cheguei, fui dar parte e, na hora em que estava dando o depoimento, o delegado ligou dizendo que era para voltar para Santa Cruz, porque, como o fato tinha acontecido lá, tinha que ser registrado lá.

A gente ligou para o advogado em Belém, o advogado me ligou dizendo que era para eu ir para Belém procurar os meus direitos. Eu fui. Fui à RBA e joguei na emissora de televisão. Não demorou, e os telefones começaram a tocar, me procurando, dizendo que era para eu procurar a Justiça. Foi o que eu fiz.

Depois disso, quando eu voltei para Santa Cruz, ele mandou o segurança dele me ameaçar de novo, eu dei parte e espero que seja feita justiça.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Primeiro, os expositores e, em seguida, a gente fará as perguntas. Aragonei, se você puder, passe para nós o nome do tal Batata, para que a gente possa identificá-lo pela Comissão, e o nome do irmão do Prefeito que, em tese, teria solicitado essa pancadaria por conta do Prefeito.

Por último, indago se você fez o exame de corpo de delito, se permitiram a você fazer o exame de corpo de delito.

O SR. ARAGONEI DOS SANTOS BANDEIRA - Eu fiz, fiz em Belém.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Você o tem aí?

O SR. ARAGONEI DOS SANTOS BANDEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Se você puder nos remeter depois.

O SR. ARAGONEI DOS SANTOS BANDEIRA - Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Em seguida, nós vamos...

(Não identificado) - E o nome do delegado que não quis registrar a ocorrência em Santa Cruz do Arari. Como ele não registrou a ocorrência? É dever da Polícia registrar o BO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Peço que elenca, depois, todas as informações e as forneça à Comissão, porque elas farão parte deste nosso relatório. Muitas questões vão acontecer, e vão solicitar a você.

Comunico que está presente a Dra. Débora Soares, Presidente da Comissão Temporária para Acompanhamento das Investigações e Providências Legais Decorrentes do Morticínio de Cães em Santa Cruz do Arari, no Pará. Eu agradeço a sua participação como representante da Ordem dos Advogados do Brasil, para que possa nos auxiliar.

Vou passar a palavra à Dra. Nayana Fadul da Silva, Procuradora da República no Estado do Pará, que, neste ato, representa o Dr. Roberto Monteiro Gurgel dos Santos, Procurador-Geral da República.

Antes, porém, gostaria de lembrar a participação de um Deputado do Estado do Pará, o Deputado Jordi, nosso companheiro que nos ajudou muito e se empenhou para que esta audiência pudesse ser realizada.

Com a palavra à Dra. Nayana Fadul da Silva, para que faça as suas considerações.

A SRA. NAYANA FADUL DA SILVA - Bom dia a todos.

Primeiramente, eu quero parabenizar a Comissão pela realização desta audiência pública e os Deputados Ricardo Tripoli, Antônio Roberto e Sarney Filho por esta iniciativa.

Este evento de audiência pública tem como principal finalidade não só discorrer sobre os detalhes desta barbaridade que foi cometida no arquipélago de Marajó, mas também, penso eu, ampliar, acima de tudo, o debate e a



conscientização acerca das medidas adequadas a serem tomadas principalmente pelo poder público, no que diz respeito ao bem-estar dos animais.

Como todos puderam ver no início, mais um caso de maus-tratos que causou intensa indignação infelizmente aconteceu no Município de Santa Cruz do Arari — é difícil até olhar as imagens, confesso que não consigo olhar todas elas. Tudo isso foi iniciativa do Prefeito Marcelo Pamplona, que teve a ideia de pagar de 5 a 10 reais para que moradores e servidores capturassem cães pela cidade. A partir daí, viu-se toda a barbaridade de torturas e crueldades cometidas, espancamentos, com os animais amarrados. Animais, inclusive, foram tirados de dentro das suas casas, não só cães que viviam nas ruas, mas também animais que estavam dentro das suas casas também foram tirados. Tamanha a caça implacável a esses seres indefesos.

A Dra. Eliane vai falar com mais detalhes sobre isso. E, realmente, essa questão causa muita revolta, inclusive no cenário internacional.

Atos como esses são muito recorrentes e fazem parte da nossa realidade, infelizmente. E é muito mais grave quando a iniciativa parte do poder público, porque, pela Constituição Federal, o poder público é encarregado de zelar para que os animais não sofram nenhum tipo de ato de crueldade. Então, bem mais grave é isso.

O Prefeito, infelizmente também não está aqui presente, ainda tentou justificar o ato, alegando que seria para uma espécie de controle da superpopulação dos cães e do suposto controle de zoonoses.

Bem, a questão é a seguinte: o que está oficialmente confirmado — o que não é oficial logicamente eu não vou falar — é que a SESPÁ somente agora enviou técnicos para aquele Município, para que fosse feito um levantamento epidemiológico e fosse verificada a medida adequada para controle dessa superpopulação.

Na verdade, essa solução deveria ter sido adotada desde o início: a intervenção de profissionais habilitados e capacitados para enfrentar esse tipo de problema de superpopulação.

E eu quero ressaltar novamente que, ainda que o problema da superpopulação seja uma situação realmente verificada no Arquipélago do Marajó como um todo, nada, jamais, nada justifica o que aconteceu: o extermínio que foi



feito, a crueldade que foi praticada. Até porque, nós sabemos, como bem lembrou o nobre Deputado Ricardo Tripoli, que existem muitas medidas eficazes voltadas para esse tipo de controle, como o programa de castração e de adoção.

Então, é preciso que se diga que o Arquipélago do Marajó é uma região muito carente e não existem políticas públicas voltadas para a saúde pública. E é necessário que ações municipais concretas sejam feitas tanto para controle de zoonoses, quanto para o controle populacional animal e diminuição dos casos de abandono.

E eu chamo atenção também para a importância de o Estado se comprometer com a conscientização do programa educacional, para que seja feita a posse responsável do animal, ou seja, para que as pessoas não renequem o animal à própria sorte nas ruas, até porque nós sabemos que os canis municipais não têm condições de abrigar todos. E a conscientização também dos direitos dos animais porque, muitas vezes, ainda existe esse negócio de dizer: “*Não, mas é bicho, não é gente*”. Então, é necessário fazer uma conscientização junto à população através de palestras, através de todos os meios de educação, no sentido de dizer que o animal tem direitos, sim. Nós temos o dever de cuidar deles e, principalmente, de incentivar a população a denunciar, porque nós sabemos que a realidade é que muitas denúncias, muitos casos de maus-tratos não chegam sequer a ser registrados.

Isso é um fato de muita gravidade. E os motivos para isso são variados: muitas vezes, a dificuldade de se encontrar o responsável e também o medo da retaliação.

E, nesta oportunidade, Deputado, parablenzo o Aragonel pela coragem em denunciar. Eu imagino a força do sentimento que o levou, mesmo depois de ter sido agredido e ameaçado, mesmo assim, a denunciar. Então, eu o parablenzo neste momento. Foi muito corajoso.

Falo, principalmente, sobre o despreparo, a falta de boa vontade das autoridades responsáveis. E faço um parêntesis aqui: é necessário garantir medidas eficazes para que as providências concretas sejam tomadas diante de denúncias de maus tratos, porque o que se vê, às vezes, é que se vai ao delegado, vai à zoonoses, vai a outro órgão, e ficam tantos órgãos encarregados de uma mesma



causa e às vezes um passa a responsabilidade para o outro ou, simplesmente, por prevaricação, não quer atuar no caso.

Então, o cidadão tem que ter consciência de que ele pode se dirigir à delegacia mais próxima para fazer um registro de BO, ou ele faz uma denúncia anônima no Disque-Denúncia, ou, se nenhuma dessas vias lhe for acessível, ele procura o Ministério Público, que certamente vai adotar as medidas cabíveis.

O Ministério Público, como órgão incumbido pela Constituição de zelar pela ordem jurídica, pelo meio ambiente e pelos interesses sociais indisponíveis, também está encarregado de zelar pelo bem estar dos animais. E, para isso, nós temos a nossa disposição vários instrumentos, várias medidas que nos garantem essa atuação, entre elas o termo de ajustamento de conduta e a instauração de inquérito civil, e por sinal a PEC 37 quer acabar com isso, mas ainda temos garantida pela Constituição essa atuação e, principalmente, as ações de responsabilidade no campo civil e criminal.

Na seara criminal, como em regra a competência para julgar os crimes contra a fauna é da justiça estadual, eu vou deixar essa parte com a Dra. Eliane Moreira, que certamente vai oferecer muitos detalhes sobre o caso.

Nesse ponto da questão criminal, eu aproveito a oportunidade para lhe dizer que sobre essa questão que foi colocada — e realmente há um clamor social muito grande para que haja a reforma legislativa urgente —, é necessário que atos criminosos contra a vida, a saúde, a integridade física e mental dos animais possam ser criminalizados de forma mais severa. Essa é uma necessidade muito grande, porque não se pode admitir que esses infratores paguem realmente só cestas básicas, prestem serviços à comunidade e não estejam atrás das grades.

O Ministério Público Federal já abriu um inquérito civil público para verificar irregularidade na aplicação de verba possivelmente passada do Fundo Nacional da Saúde para o Município de Santa Cruz do Arari, no que diz respeito principalmente ao controle de zoonoses. Então, uma vez confirmado o total dessas verbas e feitas, obviamente, todas as apurações necessárias, o Ministério Público Federal poderá ingressar com ação de improbidade administrativa contra todos os envolvidos, para serem responsabilizados por esses danos causados aos animais.



Então, o papel do Ministério Público é justamente buscar essa responsabilização civil e criminal de todos os responsáveis pela bárbara matança que ocorreu no Município de Santa Cruz do Arari e continuar cuidando para que os interesses dos animais sejam respeitados. E isso só vai acontecer desde que eles sejam considerados na pauta das decisões públicas e privadas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço e cumprimento a Dra. Nayana Fadul da Silva pelas lúcidas explanações da visão do Ministério Público do Estado do Pará.

Tenha a certeza de que, da mesma maneira como V.Sa. disse que estamos juntos no que diz respeito à PEC 37 — e a Comissão de Meio Ambiente, não tenho dúvidas, marchará conjuntamente com essa posição —, também tenho certeza do empenho de V.Sa., bem como de toda a categoria, no que diz respeito à possibilidade de aprovarmos o projeto na Comissão de Constituição e Justiça, a qual eu também pertenço, que, obviamente, vai fazer com que as pessoas repensem, a partir do instante em que tiverem penas severas, duras, a respeito da prática de crimes horríveis, como nós vimos agora.

Uma das entidades de proteção aos animais aqui presentes — são várias e, ao final, eu vou solicitar ao Deputado Antônio Roberto que as anuncie — me passou que o Município de Jacareacanga, do Pará, está incendiando os cães com gasolina. O nome do Prefeito é Raulien Oliveira, e eu vou passa-lo ao senhor, para que o Ministério Público já fique inteirado do que vem acontecendo. Se houver outras denúncias, a Comissão as receberá.

Agora, conforme nós combinamos, vou passar a Presidência desta reunião ao Deputado Antônio Roberto, para que dê continuidade: vamos ouvir os dois próximos convidados e, em seguida, abriremos a palavra para o nosso embate.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - Bom dia a todos e meus cumprimentos aos membros da Mesa.

Ao mesmo tempo em que me sinto alegre por estar presidindo esta audiência pública pelo cuidado com a vida que ela representa, sinto-me triste por termos que fazer uma audiência dessa natureza.



Já de início quero cumprimentar o Aragonei, que passa a ser, a partir de agora, o símbolo da defesa dos animais no nosso País. Guardem bem este nome, Aragonei, porque é o nome da pessoa que teve a coragem de denunciar, e nós sabemos do poder coronelista de um prefeito do interior e dos desmandos de que ele é capaz. Então, meus parabéns ao Aragonei.

Parabéns também ao Ministério Público, à Procuradora da República, Dra. Nayana, à Dra. Eliana e à Dra. Débora, que representa a OAB, bem como ao Vereador aqui presente e a todos.

Nós realmente vamos ter que juntar nossas vozes, porque a coisa vai além da questão animal. Culturalmente, nós temos um certo desprezo pelos animais — é próprio da cultura, porque o homem quer ser o centro, a coisa mais importante da vida —, mas a questão dos animais vai além: é uma questão de qualidade de vida do humano, é uma questão da própria pessoa humana. Vocês não sabem o valor do animal para o equilíbrio psicológico das pessoas, vocês não sabem o bem que faz a uma criança apoderar-se de um animal doméstico com o qual ela possa trocar afeto, conversar. Isso é fundamental para o equilíbrio emocional. Os países adiantados incentivam a criação de animais domésticos para que os velhos não se sintam sós. Nós sabemos de várias pessoas — e cada vez mais os velhos estarão sozinhos — junto às quais um cachorro, um gato, um animal tem um papel importante. Tanto que hoje animais são tratados como filhos mesmo, fala-se do dono ou da dona do cachorro como se fosse o pai ou a mãe, e os animais cada vez mais conversam com os donos — é impressionante. E isso, do ponto de vista do equilíbrio emocional, é fundamental. Hoje se trata a Síndrome de Down através da equitação, através do contato com animais. Toda pessoa que não gosta de animais ou que os trata mal é problemática.

Esse Prefeito tem todas as características de um psicopata. O problema não é apenas a questão animal, mas a falta de sensibilidade. Do que ele nos lembra? Lembra-nos do massacre dos judeus, é como se ele fosse um novo Hitler.

Então, nós defendemos os animais não por uma questão apenas de pena, de dó, mas porque eles são fundamentais no equilíbrio das famílias.



Eu tenho aqui um projeto que diz como fica a guarda dos animais de casais que se divorciam, porque até agora eles têm sido tratados apenas como objetos, quando não é assim, é importante saber quem vai ficar com o cachorro.

Ou seja, cada vez mais o mundo está entendendo que, sem amor, sem coração, sem o feminino, nós não chegaremos a nada, a não ser às guerras e a coisa como essa que está aí.

Bem, temos várias coisas por fazer. Ocorre que minha indignação é tal, que eu ficaria aqui falando horas e horas. Acho que esse Prefeito tem que ser um exemplo. Assim como nós temos o Aragonei como símbolo da luta em defesa dos direitos dos animais, nós temos também o Prefeito Marcelo Pamplona como a antítese da dignidade, a antítese da ética, a antítese da sensibilidade, a antítese do amor. E todo mundo tem que conhecer esse Prefeito, saber que ele é realmente o vilão de toda essa história macabra. E, quanto à desculpa de que ele faz isso por um controle de doenças, daqui a pouco ele vai matar todas as pessoas de seu Município que tenham alguma doença que possa ser transmitida. Na verdade, há outros jeitos, como castrar, tratar, adotar. Há mil formas de controle.

E isso sem falar da dor da criança que perdeu o cachorro. Eu sei o que é o apego a um determinado animal. Eu tive a graça e a alegria de fazer esses dias um vitral. Pela primeira vez eu resolvi fazer um vitral enorme, de 2 metros, com São Francisco segurando, numa mão, um gato e, na outra, um cachorro. Na época dele, era a pomba, porque quase não havia animais domésticos.

Bem, sei que vieram aqui escutar não a mim, mas a minha indignação com relação a isso é muito grande.

Passo a palavra à Dra. Eliane, Promotora de Justiça da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará.

Eu sou muito ligado a todo o Ministério Público de Minas Gerais e a seus diversos procuradores — ontem mesmo tive uma reunião com eles — e já posso adiantar a V.Sa. que nós estamos travando uma luta contra a PEC 37, que é vergonhosa. Quanto mais se investigar neste País, melhor é. Nós temos mais é que arrumar gente para investigar — todo tipo de gente tem que investigar, não só o Ministério Público. Todos os órgãos, assim como também as associações, como



CNBB, OAB, etc. Nós temos que investigar, porque a impunidade é realmente muito grande.

Dra. Eliane, parabéns por estar aqui! A palavra está com V.Sa.

A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA - MUITÍSSIMO OBRIGADA.

Bom dia a todas e a todos.

Sou promotora de justiça e fui designada para me fazer presente nesta audiência pública pelo Procurador-Geral de Justiça. Fui também designada para acompanhar o inquérito civil que apura a responsabilidade civil e criminal do gestor público municipal de Cachoeira do Arari.

Eu saúdo os Parlamentares pela importância desta audiência pública e lhes faço meu agradecimento. Há pouco fui questionada por uma repórter sobre a importância desta audiência pública, uma vez que o gestor público municipal não se fez presente. É grande a importância. A ausência do gestor é significativa: os atos de calar-se e de fazer-se ausente dizem muito coisa. Mas também é de grande importância a preocupação de V.Exas., Srs. Deputados — aos quais eu saúdo, Exmo. Sr. Deputado Ricardo Tripoli, Exmo. Sr. Deputado Antônio Roberto e Exmo. Sr. Deputado José Sarney, que por várias agendas, também muito importantes, não está aqui presente, mas que, imagino, em dado momento se fará — em trazer o tema para debate público.

O Direito Ambiental é regido pelos princípios da informação e da participação, e esta audiência pública cumpre esses princípios nesta medida e nos dá, sim, o grande e necessário trabalho de refletir sobre a legislação que temos.

Quero lhes dizer, Deputados, que já assinei as petições públicas de apoio a esse projeto de lei, mas é necessário nós analisarmos de forma mais ampla a regulamentação da proteção dos animais, do direito dos animais, que é algo em que nós ainda estamos devedores.

Eu trouxe uma rápida apresentação — eu sei que o tempo é curto — e vou solicitar a compreensão de V.Exa. no sentido de que eu fique de pé, para permitir maior visualização.

Eu procurei recompor, na verdade, trazer o que o Ministério Público Estadual conseguiu apurar até o presente momento no caso da matança de cães de Santa Cruz do Arari.



Santa Cruz do Arari é um Município, como muitos de vocês devem saber, situado no arquipélago do Marajó. Marajó é um dos lugares mais belos do mundo, mas, infelizmente, com o Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo, e merece toda a nossa atenção, toda a nossa solidariedade, porque tem grande importância também para o País.

A denúncia.

O Ministério Público recebeu a denúncia pelas redes sociais, pela *Internet* e também por representantes da sociedade civil. E eu queria destacar a grande importância da sociedade civil. Aragonei, receba toda a minha solidariedade e o empenho do Ministério Público na apuração efetiva do que você denunciou. Isso não seria possível sem você e sem as pessoas que ali se indignaram, que lembraram que eram seres humanos. Indignar-se contra isso é lembrar que é ser humano e que a sua própria dignidade é ofendida perante uma imagem como essa. Somente com essas atitudes, é que a gente consegue, como Ministério Público, atuar. Tudo o que a sociedade civil trouxe a público para que o Ministério Público pudesse atuar da melhor forma possível foi crucial.

Então, essas são as denúncias dos cães sendo amarrados. Como vocês podem ver, localmente, eles mencionam que os cães foram apeados. Foi o que nós apuramos nas declarações. Apear é esse ato também de dar essa laçada no focinho do animal, o que, por si só, já vai dificultar a respiração, a defesa do animal.

Há que se dizer que é natural dos cães, no momento em que eles se veem coagidos, apeados, a resistência. Eles se quedam inertes e resistem fisicamente. Em razão disso, muitos animais tiveram seus membros posteriores e anteriores fraturados. Basicamente, os quartos de muitos deles estavam quebrados.

Como vocês viram nas imagens, muitas pessoas apoiam a atuação em prol da apuração desse caso gravíssimo, mas algumas pessoas dizem *“Poxa, mas existem tantas crianças que precisam ter o seu direito assegurado, por que vocês estão se preocupando com cães?”* Nós não estamos sós. Para aqueles que querem se preocupar exclusivamente com as crianças, embora nós já tenhamos a obrigação de nos preocuparmos com os cães, porque a defesa dos animais faz parte dos direitos humanos também, faz parte dos nossos direitos humanos termos a dignidade assegurada, existe uma seara bastante importante, a saber: muitas das



crianças foram envolvidas nesses atos de crueldade; crianças e adolescentes que aparecem laçando — obviamente a imagem protege o rosto em função do Estatuto da Criança e do Adolescente —, isto é, participando ativamente dessa atividade, o que ofende também o direito da criança e do adolescente.

A imagem, como vocês podem ver, mostra como foi laçado o animal. Envolve o focinho do animal e também a cabeça, o próprio pescoço, o que levou a alguns a serem estrangulados.

Em reportagens aos jornais, por vários momentos, o Prefeito, o gestor público municipal, manifestou-se dessa forma que eu trouxe aqui — isso está *on-line*, é o *Diário On-Line*, um dos jornais de grande circulação no Estado do Pará, em que o Prefeito Marcelo Pamplona negou o extermínio de cães —: *“Ele disse que a cidade está tomada por cachorros que defecam nas ruas e portas das casas, por isso decidiu enviar os cães para a zona rural, só não disse exatamente as vilas”*. E disse: *“A gente vai continuar fazendo isso até não ter mais cachorros andando nas rua. Quem tiver o seu que cuide e cuide dele na sua casa.”*

Boa parte das alegações do Prefeito, coletadas em sede de inquérito policial perante a Delegacia de Meio Ambiente, é de que ele queria retirar aqueles animais e lançá-los para a zona rural. Em algumas declarações perante a autoridade policial, ele afirma que estava entregando os cães aos ribeirinhos, que solicitaram cem cães para caçar onças. Eu vou até me escusar de tecer comentários sobre isso.

O que o Ministério Público Estadual fez? De pronto, a instauração de inquérito civil. Para quê, senhores e senhoras? Para a apuração de responsabilidade civil por dano ambiental. Conversava, inicialmente, com a Dra. Débora, que bem mencionou que também existe um dano moral coletivo. Existe o dano ambiental em si, mas a moral coletiva da sociedade também foi ofendida. Nesse campo, então, estamos apurando a responsabilidade pelo dano ambiental e por improbidade administrativa, posto que, supostamente... De fato, nós já temos elementos que firmam a nossa convicção de que ocorreu o uso de servidores públicos, o uso de verbas públicas e o uso de equipamentos públicos, tais quais barcos, que foram utilizados, e prédios públicos também, o que, em tese — em vários momentos, eu vou falar “em tese”, porque o inquérito não está concluído —, configura improbidade administrativa.



Foi instaurado também, Excelências, um procedimento investigatório criminal, para apurar responsabilidade por crime. Então, nós temos uma apuração na esfera civil e uma apuração na esfera criminal. E nada disso poderia ser feito se, hoje, estivéssemos com a PEC n^o 37 em vigor. O Ministério Público não poderia ter feito essa apuração. Daí, eu reitero o pedido da Dra. Nayana.

A instauração do procedimento investigatório criminal é para a apuração de crimes que ocorreram nessa atividade, que vão desde o crime de maus-tratos, o primeiro que vem à nossa mente, até, possivelmente, crimes conexos, como, por exemplo, o crime de furto ou o crime de apropriação indébita. Por quê? Como se ofereceu dinheiro, não capturaram só animais errantes, foram capturados também animais que possuíam donos, possuíam proprietários. Eu, eticamente, não concordo com a visão de propriedade, mas o direito a coloca assim na esfera penal. Como eles foram subtraídos sem autorização de seus proprietários, em tese, isso também pode configurar furto, no caso de violência, até mesmo roubo, e também apropriação indébita para aqueles que disseram que não queriam de volta.

Desculpem, sei que o tempo é curto, mas eu não gostaria de deixar de mencionar isso. Para mim, isso é muito representativo do que V.Exa. mencionou. Nós colhemos depoimento de um senhor de 80 anos, que disse ao Ministério Público: *“Eu não tenho ninguém. Eu não tenho família, eu não tenho filho, eu não tenho mulher, eu não tenho neto. Meu único companheiro era o meu cachorro”*. Eu até peço desculpas, porque também tenho um. Sou uma pessoa comprometida com a questão, e entendo perfeitamente esse sentimento. *“Meu único companheiro era o meu cachorro. No momento em que eu fui à feira, retiraram meu cachorro e o levaram, para que ele fosse morto”*.

Foi também requisitado um inquérito policial à Delegacia de Meio Ambiente. Nesse ponto, eu gostaria de ressaltar algo também em relação à PEC n^o 37: as investigações do Ministério Público e da Polícia Civil são complementares. Uma não é mais importante do que a outra.

O que conseguimos apurar? Já está consignado, bastante fechado no nosso inquérito que existiu um anúncio, possivelmente nas rádios, de que a municipalidade pagaria 5 reais pelo animal macho e 10 reais pelo animal fêmea. Isso desencadeou uma movimentação de jovens, adultos, idosos em torno do que se chamou “a



caçada aos animais”. Eles eram laçados e caçados. Isso tanto em relação a animais errantes quanto a animais domésticos. Após essa caçada, eles eram levados para os barcos. Os senhores devem ter observado que, para caber mais animais nos barcos, eram utilizados os paus, para que eles se comprimissem e coubessem naquele barco. Cerca de 300 animais foram amarrados, ou seja, apeados, e colocados em embarcações, inclusive embarcações da Prefeitura. Em seguida, eles foram jogados no rio. De fato, eles não estavam sendo levados para uma localidade. Não, a intenção era de matá-los. A intenção era de exterminar esses animais. Muitos morreram. Muitos foram encontrados já em estado de decomposição. O Instituto Médico Legal está concluindo o laudo, detectando a quantidade, mas muitos foram encontrados, inclusive, porque morreram engatados às vegetações. Como eles foram laçados, não conseguiram se salvar. Os que conseguiram se salvar dos nós ainda estão vivos até hoje. Mas muitos foram mortos. Desses, cerca de 80 foram resgatados. Estes conseguiram nadar e chegar até algumas comunidades ribeirinhas. Foram acolhidos por ribeirinhos. Foram encontrados em situação bastante dramática. Vocês podem ver que esse animal está com o quadril fraturado, ele não consegue nem se locomover. Enfim, é uma situação bastante grave.

Os animais que conseguiram se salvar foram encontrados por ribeirinhos nas localidades do Francês e Jenipapo. São esses mesmos os nomes? Alguns, portanto, conseguiram se salvar.

Existe uma grande mobilização da sociedade civil, o que é fundamental. Em nosso País, não tem mais lugar discutirmos qualquer coisa sem a participação da sociedade civil, seja a lei, seja a apuração de responsabilidade, seja o que for. Então, eu enalteço a participação da sociedade civil. A sociedade civil se mobilizou para que os animais encontrados tivessem pelo menos razão, porque eles estavam famintos. Eles estavam há vários dias sem se alimentar. As pessoas foram às ruas, conseguiram coletar alimentação e fazer esse trabalho de salvamento dos animais. As ONGs se reuniram e resgataram cerca de 80 animais, que agora estão no abrigo. Os animais foram encontrados nesta situação: extremamente debilitados. Podemos ver que eles estavam praticamente pele e osso. Os animais estavam muito arredios, obviamente com medo dos seres humanos que apareceram ali. Conseguimos ver esses animais bastante raquíticos. Eles resistiram bastante à aproximação humana.



Análise preliminar: o gestor municipal disse que havia um surto de zoonose. Senhoras e senhores, não existe nenhuma comprovação desse surto de zoonoses. A obrigação do Município é, em primeiro lugar, fazer uma coleta de material biológico. Em segundo lugar, encaminhar esse material biológico para uma análise clínica. Aí, sim, se existir a identificação, por exemplo, de raiva ou de leishmaniose, que seja feita uma notificação à Secretaria de Estado de Saúde. Não houve nenhuma notificação, nos últimos 5 anos, sobre qualquer doença naquele Município. Então, não existiu qualquer comprovação de surto de zoonoses. Ainda que tivesse existido, o procedimento foi absolutamente inadequado, realmente criminoso e ilegal.

Segundo o Município declarou, a última campanha de vacinação que aconteceu nesse ano teve 100% da população canina vacinada. Não existiria também motivo para essa forma de atuação. E ainda que existisse zoonose, deveria ter havido um tratamento adequado, humanitário.

Já estou encerrando. Esse é último ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - Então, não vou nem lhe avisar.

A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA - Conclusões: existem fortes indícios da prática de crime ambiental e de crimes comuns — eu só posso falar, ate o momento, da ocorrência em tese dessas práticas — e de improbidade administrativa. Há necessidade de se refletir sobre a legislação ambiental protetora de animais. Esta Casa é o melhor lócus para isso. Esse caso bem ilustra a importância do combate à PEC nº 37.

Eu deixo o meu contato, o meu *e-mail* e a reflexão do Leonardo da Vinci, que sempre nos é necessária: um dia a gente alcançará esse momento de desenvolvimento humano, em que a gente terá um outro olhar sobre os animais.

Agradeço imensamente, saúdo e me coloco à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - É muito bom ver um depoimento dessa natureza, com a clareza de que realmente podemos contar com a investigação do Ministério Público.

Eu gostaria de passar a palavra para o Vereador Igor Normando, da Câmara Municipal de Belém, do Pará. É uma grande alegria tê-lo aqui e achamos que temos



que juntar todos, Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais e outros, para fazer frente ao minúsculo Prefeito de Ariri.

O SR. IGOR NORMANDO - Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar a Dra. Nayana Fadul, Procuradora da República do Estado do Pará, aqui representando o Dr. Roberto Monteiro Gurgel dos Santos, Procurador-Geral da República; a Dra. Eliane Cristina Pinto Moreira, Promotora de Justiça do Estado do Pará; o combativo Aragonei, que foi quem denunciou e começou, no nosso Estado, uma grande mudança no que tange à militância em defesa dos animais. Quero também cumprimentar a Dra. Débora Soares, representando a OAB, que tem sido uma combativa adepta a nossa causa, que tem acompanhado na Câmara Municipal nossa luta; o Deputado Ricardo Tripoli; o Deputado Ricardo Izar; o Deputado Sarney Filho; o Deputado Antônio Roberto e todos aqueles que, na Câmara dos Deputados, fazem com que a nossa luta seja levada ao âmbito nacional.

Eu preparei um *slide* do que a gente estava querendo discutir aqui. Sou Vereador da capital, não sou Vereador de Santa Cruz do Arari, mas sinto-me partícipe dessa luta por entender que o Estado tem que passar por uma mudança e, efetivamente, pela criação de políticas públicas que venham a defender os animais e, acima de tudo, a saúde deles. Então, eu gostaria de explanar um pouco do que a gente trouxe para cá, para os Deputados, para as pessoas, para os protetores que aqui se encontram. (*Pausa prolongada.*)

Então, na verdade, depois do ocorrido, depois do que aconteceu em Santa Cruz do Arari, conseguimos mobilizar, através das redes sociais, um grande ato na Praça da República, que é uma praça tradicional na Capital.

Por essa mobilização e com a ajuda do Ministério Público, da OAB, de grandes protetores de animais independentes, das ONGs, conseguimos fazer uma passeata com mais de 3 mil pessoas, que, rotativamente, passaram pela Praça da República. E fizemos a doação de 3 toneladas de ração que nos foram doadas em um dia de ato. Também coletamos mais de 4 mil assinaturas na Praça da República, para que pudesse ser feito em nosso Estado...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)



O SR. IGOR NORMANDO - Inclusive, mandamos 750 quilos de ração para lá, e ele interceptou. Aí, eles conseguiram liberá-la devido até mesmo à pressão popular que fizeram. Essa foi uma colocação muito pertinente.

Nós conseguimos a adesão do Brasil todo para essa causa. Pessoas do Brasil inteiro mandaram dinheiro, doações, e tivemos até repercussão mundial. Tanto que a atrocidade que ocorreu em Santa Cruz do Arari repercutiu no *New York Times*. Fizemos com que o movimento contra essa atrocidade passasse as barreiras de Santa Cruz do Arari, passasse as barreiras da Capital e percorresse o Brasil e até o mundo, para que casos como esses não venham mais a acontecer.

Como está travando, vou disponibilizar para a Comissão. Mas o que gostaria de colocar, fundamentalmente, é o seguinte: a mobilização foi feita, pela primeira vez, no nosso Estado. Conseguimos adeptos de vários lugares, inclusive, uma ONG, que ajudou a resgatar os animais. É uma ONG de São Paulo, que resgatou os animais, conseguimos trazê-los para o abrigo, de onde até trouxemos fotos. Foram mais de 80 animais que foram resgatados e conseguimos, com a ajuda de todos, fazer com que esses animais tivessem, nesse abrigo, não só um tratamento de saúde digno, mas também tiveram alimentação. Nossa intenção, com isso, é que eles sejam oferecidos em adoção.

Mas o que atenta a essa questão é o seguinte: no nosso Município, no nosso Estado e eu acho que até mesmo no Brasil, não conseguimos realizar políticas públicas que venham a tratar não só da proteção animal, mas também da saúde animal. Na nossa Capital, não conseguimos incluir na pauta municipal a criação de um pronto-socorro veterinário, que em São Paulo já é realidade.

Então, precisamos avançar nesse debate. Pedimos até à Frente Parlamentar, à Comissão do Meio Ambiente, ao Ministério Público, à OAB para se somarem à nossa luta. Nós temos muito ainda a construir. Mas é preciso que olhemos a causa com muito mais respeito.

Hoje, o Governo do Estado, por exemplo, não se posicionou sobre a questão de Santa Cruz do Arari. Não saiu uma linha, sequer, do Governo de Estado sobre a questão de Santa Cruz do Arari. E o controle de Zoonose, que poderia estar lá investigando a questão de saúde pública, também não se manifestou.



O que queremos salientar aqui é o agradecimento pelo apoio da Zoonose da Capital, que disponibilizou as vacinas para os animais. Quando é que teremos políticas públicas de defesa do animal? Vamos mandar um ofício ao Governador do Estado para que seja criada a Comissão Permanente de discussão da defesa dos animais, da proteção animal.

É muito importante que façamos essa luta em conjunto. Precisamos muito da Frente Parlamentar, precisamos muito da Comissão do Meio Ambiente ligada à Câmara Federal, mas é fundamental que possamos fazer essa discussão. Inclusive, vamos voltar ao nosso Estado para construir um debate sobre esse tema. O fato não ocorreu apenas em Santa Cruz do Arari, mas foi de lá que conseguimos que ele repercutisse na mídia. Mas há um caso, por exemplo, em Tucuruí, o qual vamos colocar aqui para que vocês assistam ao vídeo, onde os animais eram incinerados e colocados em cima de carros da Prefeitura. Quer dizer, isso é tratar não só a saúde pública com falta de respeito, mas também os animais.

Por isso temos que construir políticas públicas preventivas para não acontecer mais o que aconteceu em Santa Cruz do Arari. A nossa vinda aqui é justamente para construir esse debate, fazer com que a Comissão e a Frente Parlamentar mandem uma nota ao Governo do Estado, a fim de que comece a tomar iniciativas para que isso não aconteça mais. A nossa intenção é justamente fomentar o debate, fazer com que isso aconteça.

Faço um relato pessoal. Eu sempre gostei muito de animais, sempre tive animais em casa, mas nunca fui militante da causa. Sou Vereador no início de mandato, tenho 25 anos de idade, é meu primeiro mandato. E, por influência de alguns membros do meu gabinete, pude conhecer a causa, pude conversar com protetores, pude fazer reuniões com eles. E o que mais me motivou não foi a proteção ou o tema em si, que eram muito importantes, mas o amor que as pessoas tinham pela causa, pelos animais. Com isso conseguimos sensibilizar todos.

Não adianta só usar a causa animal como forma de projeção política, precisamos de todos para construir isso, tanto que o ato que fizemos reuniu políticos de várias tendências, de vários partidos, reuniu órgãos competentes, reuniu todos aqueles que queriam construir efetivamente uma organização para a proteção não só dos animais, mas para a construção de políticas públicas.



Essa foi a manifestação que fizemos na Praça da República. Conseguimos mobilizar, em uma semana, quase 3 mil pessoas na Praça da República, por meio de rede social, de boca a boca, de pessoas que se sentiram partícipes desse movimento contra essa atrocidade.

Essa foi a adesão do Bruno Gagliasso e de outros dois artistas globais que vieram, pagaram passagem para aderir ao nosso movimento. Isso mostra que não só conseguimos fazer o que queríamos, chamar a atenção da sociedade, mas também conseguimos a adesão de pessoas que querem realmente se doar a essa causa.

E, além de Santa Cruz do Arari, tivemos problemas em Jacareacanga, Breu Branco e Tucuruí. Inclusive faço um apelo à Comissão. O Deputado Federal Arnaldo Jordy é da Comissão de Meio Ambiente, e o Prefeito de Tucuruí é do partido dele, do Partido Popular Socialista. É fundamental que ele se insira nesse debate, que ele possa realmente também, por estar próximo do Prefeito, fazer essa interlocução para que possamos ouvi-lo e, efetivamente, sermos justos e discutirmos o que está acontecendo em Tucuruí, para que isso não venha mais a acontecer. Nós resgatamos quase 90 animais de Santa Cruz do Arari, que estão sendo tratados, como dissemos.

Aí são umas fotos da doação que conseguimos mobilizar por meio das redes sociais, dos grupos de ajuda. Eles foram fundamentais para que pudéssemos construir isso. Se fosse só o mandato do Vereador Igor Normando, não teríamos conseguido construir o que construímos. Hoje, o movimento é muito maior, a Frente é muito mais ampla. Conseguimos construir realmente um movimento que há muito tempo Belém não via.

Estas são as chamadas rabetas, levando a ração para os animais que estavam em Santa Cruz do Arari em estado crítico.

Na verdade, eu gostaria de encerrar a minha fala aqui fazendo um apelo, agradecendo ao Ministério Público, que se tem mostrado defensor incansável da proteção da causa animal, a vocês, que abraçaram a causa conosco, que foram incansáveis para que isso fosse apurado. Da minha parte acho que precisamos fazer um grande movimento para fazer com que o Ministério Público continue podendo apurar esses fatos, porque é uma forma de o poder não ser influenciado



por terceiros. Então, este é o nosso papel fundamental e precisamos construir isso juntos. Os protetores, os Vereadores de Belém, pelo menos da minha parte, podem contar com o apoio das mobilizações, para que possamos fazer com que vocês tenham maior legitimidade para continuar apurando esses fatos e fazendo justiça em nosso Estado e no Brasil.

Agradeço aos Deputados por essa iniciativa que, sem sombra de dúvida, vem legitimar esse movimento, vem fazer com que ele cresça Brasil afora. Que não haja protetores Parlamentares só na Câmara Federal, São Paulo é pioneiro. Precisamos fazer com que isso venha não só para o Norte, mas que vá para o Nordeste, para o Sul do País e construir uma frente que seja incansável na proteção animal, até para que possamos aprovar os projetos nesta Casa, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais. Temos de construir essas políticas públicas, avançar nesse debate e fazer com que a causa animal seja levada a sério, e não mais como um subtema, como é tratado por muitos governos.

Muitos políticos dizem que animal não dá voto. Então, não cuidam dos animais. E tem aquela tese de que o Parlamentar aqui deve sofrer diariamente, porque quando diz que é protetor do animal, que perde seu tempo, digamos assim, para fazer com que a causa seja levada a sério, muita gente fala o seguinte, até recebi na minha rede social: *“Olha, não se esqueça de falar dos bebês que morreram na Santa Casa. Não se esqueça de falar das crianças que estão passando fome”*.

Nós vamos falar das crianças que estão passando fome. Vamos falar dos bebês que morreram na Santa Casa, mas não podemos nos esquecer dos outros temas que são tão importantes quanto. Cada segmento merece o respeito necessário. Precisamos colocar em pauta essa discussão para que seja levada a sério e que possamos construir um movimento na cabeça da população, para que tenha consciência de que devemos dar proteção animal até com a questão de saúde.

Quero agradecer ao Aragonei, uma pessoa incansável nessa luta, construiu essa história que marcou, com certeza, o movimento de proteção aos animais no Estado. Quero agradecer as ONGs, os grupos de ajuda, que foram incansáveis, e até mesmo aqueles protetores anônimos, aqueles que ajudam sem nenhum fim.



Todos ajudaram a construir esse movimento. Que saiamos daqui, hoje, com uma pauta necessária para travar a discussão que precisamos no nosso Estado e que possamos servir de referência para o Brasil.

Parabéns a todos que ajudaram nessa construção!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - Muito obrigado, Vereador. É bom saber que a luta está se adensando em vários pontos, em vários momentos.

Parabéns!

Concedo a palavra à Dra. Débora Soares, Presidente da Comissão Temporária para Acompanhamento das Investigações e Providências Legais decorrentes do Morticínio de Cães de Santa Cruz do Arari, no Pará, e representante da OAB-PA.

A SRA. DÉBORA SOARES - Bom dia a todos. Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exas. por este ato, que engrandece a alma. Particularmente, também não consigo ver essas cenas. Fica a esperança de que há uma luz no fim do túnel para que esta situação seja mudada.

Sou cidadã. Tenho acompanhado algumas organizações em Belém, e resolvi, dois dias depois que saiu na mídia essas notícias, entrar com pedido na OAB para que determinasse uma Comissão Temporária para Acompanhamento das Investigações não só perante à DEMA, mas ao MP.

Fiquei muito feliz em ver que tem pessoas muito competentes atuando nessa luta, não só no âmbito estadual, federal, como também na Câmara dos Deputados. É muito bom. Estou muito satisfeita. Valeu muito o esforço, e todo o esforço que virá. Juntos, temos que somar, e a OAB se coloca à disposição no que for necessário.

Faço também trabalho paralelo com o Vereador Igor Normando. V.Exas. não imaginam o que é retirar das matas, como a força-tarefa retirou, cães famintos, em pele e osso. Cenas de nazismo. Foram retirados cães arredios. Muitos sofreram, muitos foram retirados dos rios, amarrados, arrastados — mostrei algumas fotos ao Deputado, que ficou horrorizado — e colocados na embarcação. O Aragonei pode informar melhor quantas horas de barco e via terrestre de Santa Cruz do Arari ... Aliás, até à Ilha do Francês, porque eles foram lá jogados sem comida, sem água, ficaram pele e osso. O pessoal da força-tarefa é que juntou as rações para que lá



fossem deixados e que eles pudessem por 2, 3 ou, 4 dias — o Vereador Igor sabe melhor do que eu — ser alimentados, e que aí, sim, enfrentassem essas horas — quantas horas, Aragonei, mais ou menos? —, 7 horas de barco, e, depois, ainda, a via terrestre.

Imaginem transportar esses animais extremamente debilitados, alguns com sérios problemas de pele e muitos filhotes. Há notícias de que mães pariram na hora do resgate. Enfim, cenas de horror. Mas eles chegaram ao abrigo em Belém, estão neste abrigo, por iniciativa própria de uma moça, bacharel em Direito, que está recebendo ajudas. E ela vai precisar de ajuda por longo prazo, porque tão cedo não serão adotados 85 cães aqui do Estado. Sabemos e conhecemos as realidades dos abrigos em todo o Brasil.

Portanto, é uma força-tarefa, em âmbito nacional, que nos comove diante de tanta atrocidade, de tanta violência contra todos os seres de todas as espécies. Vemos isso todos os dias na mídia. E eu vou sair daqui de Brasília de alma revigorada. Da minha parte, doutoras, eu estou completamente à disposição não só como cidadã, mas também como representante da OAB nesta Comissão que foi instaurada.

Parabéns a todos!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - De acordo com as inscrições, há também o Deputado Ricardo Izar, a quem eu agradeço e que, na verdade, faz parte da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Animais. E a iniciativa primeira com relação ao requerimento para realização desta audiência pública veio através do Deputado Ricardo Izar.

Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu queria, primeiro, agradecer aos quatro Deputados que assinaram a iniciativa de realização desta audiência pública; queria agradecer à Procuradoria-Geral da Justiça do Pará, que hoje nos mandou um documento que cita as pessoas que estarão envolvidas nos inquéritos instalados.

Vou ler para o Presidente:

“Sr. Deputado, cumprimentando e em atenção ao Ofício nº 309/2013, protocolizado nesta instituição sob o número 23.138, informo a V.Exa. que esta



Procuradoria-Geral de Justiça delegou poderes aos membros deste parquet, Jane Maria Farias de Oliveira, Nelson Pereira Medrado e Fábria de Melo-Fournier, a promoverem investigação criminal e tudo o mais que for necessário, no sentido de apurarem o caso de matanças de animais de rua e animais domésticos no Município de Santa Cruz do Arari, conforme cópia de despacho e portarias anexas.

Informo ainda a designação da Promotora de Justiça Eliane Cristina Pinto Moreira para, em conjunto com aqueles, atuar na instrução do procedimento administrativo extrajudicial e participar da audiência pública que abordará o mesmo assunto, a ser realizada no dia 20 de junho, no Plenário 8 desta egrégia Câmara dos Deputados”.

Eu queria agradecer também à Procuradoria-Geral da República, que já nos mandou uma resposta também, dizendo que está tomando providências, abrindo inquérito; à Polícia Ambiental, onde formalizamos oficialmente, no dia seguinte, um boletim de ocorrência pedindo abertura de inquérito.

E quero dizer que a Frente Parlamentar não ficou parada; ela trabalhou, funcionou.

O segundo ponto é uma pergunta que quero fazer para os senhores. Sabemos que o art. 225 da Constituição Federal, inciso VII, diz que é dever do poder público *“proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma lei, as práticas que colocam em risco essa função ecológica, provoquem a extinção de espécie ou submetam os animais à crueldade”*.

Eu queria saber qual é a pena para esse Prefeito por infringir esse artigo da Constituição — pois é claro que ele infringiu —; e, quanto à questão do dinheiro, ele usou dinheiro publicou ou dinheiro privado? Se ele usou dinheiro público, ele não cai na questão da improbidade e do crime ambiental, também, pelo art. 225? Se foi dinheiro particular, não é incentivo ao genocídio, não é mandante de crime e crime ambiental? Além disso, em relação à agressão e às ameaças que o Aragonei sofreu, ele também tem de ser penalizado por isso

Eu queria só comentar a respeito do que falou o Vereador Igor Normando em relação à questão de políticas públicas e fazer um desabafo. Sabe-se que hoje o Ministério da Agricultura cuida dos animais de produção e o Ministério do Meio Ambiente cuida dos animais silvestres, mas não existe um Ministério responsável, no



País, pelos animais domésticos e domesticáveis. O Ministério da Saúde tinha a obrigação, já que a ANVISA deveria cuidar da questão das zoonoses. E hoje, um Deputado Parlamentar aqui, qualquer um de nós que queira fazer uma emenda parlamentar para um Município a respeito de zoonoses, questão de combate, controle populacional, nada pode fazer, porque não existe uma rubrica no Ministério que mande recursos para os Municípios.

Essa é uma demanda que a Frente Parlamentar vem fazendo para o Ministro Padilha há 2 anos, e há 2 anos ele promete que vai criar essa rubrica, e não cria. Eu queria deixar aqui o nosso repúdio ao Ministro Padilha, que me enrola há 2 anos e não consegue fazer com que mandem recursos para os Municípios.

O SR. IGOR NORMANDO - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Lógico.

O SR. IGOR NORMANDO - Eu lanço até a ideia de construirmos uma marcha, talvez aqui, algo em se pudesse fazer uma mobilização no Brasil inteiro para que o Ministro Padilha nos atenda e consigamos construir isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Vereador, no dia 20, agora, nós vamos fazer uma contagem de protetores aqui, no Distrito Federal. Até poderíamos aproveitar esse mesmo dia da contagem, em que vai haver muita gente daqui, do Distrito Federal — e se o senhor quiser, pode participar —, e dali saímos e vamos ao Ministério da Saúde fazer um pequeno protesto.

E eu queria dizer que hoje saiu uma nota, no *blog* do Josias, criticando a nossa postura ontem, principalmente a minha, por ter sido autor de um requerimento que criava uma Comissão Externa para ir a Santa Cruz do Araripe. E nela, o Chico Alencar e o Berzoini criticam no sentido de que, como vamos pensar nisso, numa hora em que as pessoas estão nas ruas pedindo mudanças e tal?

Eu queria lembrar aos dois Deputados, Chico Alencar e Berzoini, que, em 22 de janeiro, 250 mil pessoas, no ano passado, foram às ruas pedindo o fim das crueldades contra os animais no Movimento Crueldade Nunca Mais. Então, votar a matéria de ontem era sim uma necessidade e um anseio da população. Eu queria só deixar o recado para os dois de que eles preferiram votar nada a votar a matéria. Assim eles acham que vão retribuir às manifestações das ruas: votando nada, em vez de trabalharmos aqui dentro da Câmara.



Nós fizemos um ofício para os Vereadores lá da Câmara de Santa Cruz do Arari pedindo a abertura de uma CPI, porque é preciso iniciar uma CPI interna em Santa Cruz para investigar a improbidade do Prefeito.

Eu queria ouvir a opinião do Ministério Público, porque, como é sabido, há vários problemas aqui, principalmente o da reforma do Código Penal. Uma Comissão de juristas se reuniu, nós ajudamos nisso, e ficou tudo do jeito que queríamos, mas vai demorar muito.

Eu estive conversando com o Presidente Sarney, quando ele ainda era Presidente do Senado, e ele falou que são 2 anos no Senado e mais 2 anos na Câmara para aprovar a reforma do Código Penal. Nós temos que tomar outras atitudes. Não podemos ficar esperando mais 4 anos para que as penas sejam mudadas, para que exista a tipificação do crime de maus-tratos aos animais. Porque não é só aumentar a pena, é preciso tipificar o que são maus-tratos aos animais.

Então, eu queria pedir ao Ministério Público que nos desse apoio, principalmente num projeto de lei que está tramitando na Casa, o Projeto de Lei 1.376, de 2002, que proíbe a execução dos animais e estabelece uma política de esterilização como obrigatoriedade do Estado e do poder público. Queria pedir para vocês que, do mesmo jeito que estão se movimentado pela PEC 37, nos ajudem a aprovar este projeto de lei aqui dentro da Casa.

Queria agradecer a presença de vocês e dizer que a Frente Parlamentar, hoje constituída por 212 Deputados Federais, é uma Frente atuante. Já conseguimos instalar outras em 13 Estados do Brasil, já existem frentes parlamentares estaduais, e vamos continuar andando por todos os Estados do Brasil para mostrar às pessoas que direitos dos animais também é obrigação do Estado. Quando se fala em direitos dos animais, como o Vereador falou, muito gente indaga: *“Ah, mas e a saúde?”*

Eu queria deixar claro um dado, que é real: a Organização Mundial da Saúde afirmou que cada real investido no combate à zoonose, são 27 reais economizados na saúde humana lá na frente. Hoje, leishmaniose mata mais do que dengue, mas o Ministério da Saúde faz propaganda educacional de combate à dengue e não faz da leishmaniose, esquece que leishmaniose existe.

Hoje, quando se vai com leishmaniose ao hospital, o médico nem detecta o que é. Então, acho que o Brasil precisa mudar. Quando falamos em direitos dos



animais, estamos falando de direitos humanos, porque um País para ser desenvolvido, precisa ser evoluído e, para ser evoluído, precisa ter respeito ao próximo, independentemente da cor, da raça, do sexo e da espécie.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - Dando continuidade às inscrições, passo a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli, que é da Comissão de Meio Ambiente, também é um grande lutador das causas humanas, da qualidade de vida, e, sobretudo, da defesa dos direitos dos animais.

Tem a palavra o querido Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Obrigado, Presidente, pela gentileza das palavras. Queria, também, da mesma forma, voltar a cumprimentar todos os que vieram a esta sessão. Eu fico muito feliz, porque são poucos os momentos na Câmara Federal que nós temos oportunidade de falar com liberdade, com apreço e com carinho a respeito daquilo que nos trouxe a esta Casa.

O fato de militar há 30 anos na questão ambiental me fez sentir um baque muito grande quando perdemos, no ano passado, na votação o Código Florestal. Foi uma votação absurda: de 513 Deputados, só 60 votaram pela manutenção do Código Florestal. Nós perdemos muito. Até eu fiz uma intervenção durante a votação, disse que eu tinha a impressão de que nas florestas não havia animais, que os silvestres nasciam concretos, porque a supressão de vegetação em pequenos biomas obviamente faz com que esses animais entrem pura e simplesmente em processo de extinção.

Mas eu queria lembrar, na mesma linha de todos que aqui já falaram, que quando eu cheguei a esta Casa, apresentei um projeto de criação de um Código Nacional de Bem-Estar Animal. Isso faz cerca de 7 anos. Foi criada uma Comissão Mista, que nunca foi formada, para tratar da questão dos rodeios, da vaquejada, da produção animal, dos silvestres, dos domésticos, dos chamados animais exóticos, que são os animais de circo. Enfim, a Comissão Mista foi formada para analisar essas questões, não houve o fato de dizerem que eram contra ou a favor, e, sim, que ela não foi criada. Isso faz 7 anos. Quando se completarem 8 anos, nós vamos fazer um aniversário aqui para deixar registrado que foi prometido que o projeto seria colocado na pauta do Ordem do Dia e até hoje está lá dormente; bem como o



acordo que nós fizemos em relação aos animais de circo, que em 6 anos seria dado um destino a eles. Embora já saibamos que nove Estados proíbem animais de circo, ainda existem alguns Estados que permitem a existência deles.

Por outro lado, se não houver uma manifestação da opinião pública no Congresso Nacional, dificilmente nós veremos o projeto aprovado, porque ele não é prioridade, assim como não é prioridade a questão ambiental para o Governo. É só pegarmos a peça orçamentária que os senhores vão verificar que estão em penúltimo e último a cultura e o meio ambiente. A cultura ainda se salva um pouco pela Lei Rouanet, o meio ambiente nem isso tem, porque até hoje não sabemos para onde vão os passivos ambientais — eu tenho vários requerimentos. E nós gostaríamos muito que boa parte desses passivos ambientais, sejam eles quais forem, fossem destinados à proteção dos animais. Hoje as ONGs sobrevivem pura e simplesmente por questão interna delas, se reúnem, se cotizam, fazem campanhas, mas não há apoio governamental em esfera alguma, sinal de que nós precisamos rever o modelo de desenvolvimento no que diz respeito à questão da proteção animal.

Mas dentro do que foi proposto nesta reunião, eu gostaria de lembrar o seguinte: em São Paulo, há cerca de 3 anos, eu tive oportunidade de acompanhar uma investigação feita em três restaurantes orientais que forneciam carnes de cães e de gatos no cardápio. Era um restaurante chinês, de origem chinesa, de seis proprietários. Nós conseguimos com o Itamaraty a deportação de quatro deles que estavam irregulares no Brasil, a vigilância sanitária da cidade de São Paulo acabou fechando os restaurantes por conta do que encontrou lá, e a Polícia Civil, em uma apuração com o Ministério Público, descobriu que o matadouro ficava na cidade de Suzano, cerca de 80 quilômetros de São Paulo. É uma coisa extremamente absurda.

E eu não sei, talvez como colaboração, o delegado tinha dificuldade no enquadramento desse pessoal. Como eles eram seis, e havia mais o fornecedor do matadouro, foram enquadrados na figura de quadrilha, o que deu possibilidade de ampliar a pena, porque se ela ficasse pura e simplesmente como está hoje, de 3 meses a 1 ano, provavelmente todos estariam comemorando em algum local do mundo.



E a alegação deles é a pior de todas. O advogado deles apresentou uma peça de defesa dizendo que isso faz parte da cultura oriental. Só que eles estão vivendo no Brasil. Não se pode querer que o Brasil aceite essa ingerência internacional nos costumes brasileiros. E, por conta disso, conseguimos que isso fosse feito lá.

Eu fico muito feliz com esta reunião, não só porque ela diz por si só o que vem ocorrendo no País, como também por ver de maneira muito intensa a participação do Ministério Público nessa questão. Fico feliz, porque não é só o envolvimento do Ministério Público, mas do pessoal, as promotoras de justiça, as procuradoras de justiça, o Vereador Igor. Fico feliz, porque, em 1982, eu me elegei Vereador em São Paulo, e a dinâmica é exatamente essa que você está imprimindo hoje, e que eu acho também, que é a de identificar.

Eu me recordo bem, Igor, que quando me elegei Vereador, fui da primeira Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo. Havia uma gozação generalizada. Nós éramos 33 Vereadores. Outro dia fiz a conta de quantos Vereadores ainda estão na vida pública, uma dessas pessoas inclusive está comigo, a Deputada Luiza Erundina, que foi Prefeita de São Paulo, que também é da turma de 1982. E lá o pessoal brincava muito: *“Tripoli, fica essa coisa de cachorrinho, de bichinho, de arvorezinha...”*. Há uma maneira jocosa de se manifestar quanto à representação do Ministério Público que lida com essas questões, como a OAB lida com essa questão. Como você colocou, pessoas vão ligar e dizer: *“Por que vocês não cuidam de crianças e de idosos?”*, como se fossem matérias divergentes. Do contrário, são matérias que convergem. E nós temos que estar juntos nesse processo. A agenda tem que mudar. O que está acontecendo no Brasil é exatamente isso: as pessoas indo para as ruas por uma insatisfação coletiva. Não é o preço da passagem de ônibus. Esse foi o grande mote que se levantou. Mas, com certeza, a questão da proteção animal é um desses itens da insatisfação da população. E eu acho que você está no caminho correto.

Em 30 anos de vida pública, eu não tive decepção no que diz respeito à minha conduta. Muito pelo contrário, eu cada vez mais tinha certeza de que nós estávamos no caminho certo. Agora, você vai sofrer, não tenha dúvida. O que você colocou aqui, onde for, dependendo do local... Você não teve o privilégio de



enfrentar os ruralistas aqui na Câmara Federal. Ah, aí você ia ver o que era bom. Agora, para quem não tem medo de vaia, você não vai ter qualquer tipo de problema, porque vaia e aplauso é a mesma dimensão de manifestação de população. O Parlamentar que tiver medo de vaia não pode ficar no Parlamento, tem que escolher outra profissão. E o que os ruralistas fizeram conosco aqui foi exatamente isso: tentaram nos qualificar como uma categoria secundária de Parlamentares que não atendiam ao espírito da população, como se houvesse conflito da agricultura, da pecuária com o meio ambiente. Do contrário, fala-se muito em sustentabilidade, mas eles querem discuti-la diferentemente do que discutem desenvolvimento, não aceitam de forma alguma.

Mas eu acho que vai chegar o momento em que eles, com certeza, vão abrir os olhos, vão dar ouvidos a essa grita, a essa causa. Os trabalhos que vocês fizeram lá em Belém, através da junção dos vários segmentos, é o que está faltando no Brasil. As questões ambiental e de proteção animal são suprapartidárias. Elas não têm conotação político-partidária, e nós temos que nos despir dessa condição para poder atender a essa demanda do povo que está hoje nas ruas.

Por isso, faço aqui um apelo para que possamos votar. O projeto que está na Comissão de Constituição e Justiça que amplia as penas contra maus-tratos aos animais vai servir muito, juntamente com o trabalho educacional, com o trabalho de informação, como mecanismo de controle, para que o Ministério Público, a Polícia Civil, o Parlamento possam utilizá-lo, no sentido de coibirmos esses filmes que nós estamos vendo, a essas degradações que vemos aqui não só nos domésticos. Se formos ver como treinam os animais para serem exibidos no circo, não conseguimos assistir a um filme. Queimam as patas dos ursos naquela chapa de fazer hambúrguer e tocam música, e quem assiste ao *show*, no circo, acha que ele está dançando; mas ele está pulando, com medo que a pata vá ser queimada de novo. É um modelo claro de que o caminho não é esse.

Portanto, Sr. Presidente, eu vou encerrar as minhas considerações. Agradeço a todos a manifestação e coloco o meu gabinete à inteira disposição. Eu tenho um irmão que é Vereador na cidade de São Paulo, o Roberto Tripoli, que foi quem identificou o primeiro hospital de cães e gatos do Brasil — foi matéria inclusive de órgãos internacionais —, um hospital com ala de ortopedia, ala de dermatologia, ala



de oncologia, para pessoas que ganham até três salários mínimos. Quem pode pagar vai ser atendido num consultório veterinário. Então, não há conflito com os veterinários. Vê-se muitas carrocinhas chegando, aquelas pessoas com três, quatro cães, levando o seu animal para ser tratado. O primeiro hospital foi inaugurado, o ano passado, na zona leste de São Paulo; o segundo está sendo inaugurado agora, na zona norte.

Quando ele negociou aporte de recursos ao orçamento de 10 milhões de reais para este tipo de atividade, aconteceu o mesmo problema ocorrido com você, e todo o mundo dizia: *“Poxa, mas não seria melhor ir para outra atividade?”* Como se não pudesse atender. E, da mesma maneira como a nossa representante do Ministério Público ouviu esse senhor de quem foi subtraído o seu cão, eu ouvi numa campanha de vacinação contra cinomose, no Vale do Paraíba, uma senhora dizer a mesma coisa. Quando eu disse: *“A senhora se apegou tanto a essa cadelinha... Bonitinha a sua cachorrinha”*. E ela respondeu: *“Olha, depois que os meus filhos me abandonaram, ela é o único ser que me faz companhia”*. Então, eu acho que nós estamos no caminho correto.

Sr. Presidente, muito obrigado. Parabéns a todos que atenderam a essa nossa solicitação! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - Parabéns, Deputado. É bom ouvir uma voz defendendo de maneira tão sensata, tão sábia.

Com relação ao preconceito que se tem contra a questão ambiental é assim mesmo. Eu sou do Partido Verde, e, quando o Partido Verde foi instituído, muitos falavam que o PV era o partido dos veados (*risos*), porque gosta de abraçar árvore, gosta de passarinho, gosta de borboleta. Nem falavam borboleta, mas libélula, que é mais próprio. Além do preconceito com relação a alguém, porque esse é um direito que todo mundo tem, hoje, o mundo inteiro está com as bandeiras do Partido Verde: a defesa do ambiente, a questão econômica, etc. Então, é assim mesmo. Mas esses equívocos acontecem, Deputado Ricardo Tripoli.

Aqui vejo a pauta, que diz: *“Comunico que esta Comissão formulou convite ao Sr. Marcelo Pamplona, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Arari, do Pará, mas S.Exa. não se manifestou”*. Eles devem ter errado, deveriam ter escrito: *“Sua excrescência não se manifestou”*. *(Risos. Palmas.)*



De qualquer forma, eu não posso deixar de agradecer muito — e muito mesmo — ao pessoal da Comissão do Meio Ambiente pelo esforço que fez para que esta audiência pública acontecesse. Hoje não é um dia próprio. Aliás, é até malhar em ferro frio ficar falando da competência da Comissão. Mas a Comissão aqui é que sustenta.

Então, eu gostaria de cumprimenta-los muito. Sem eles, nós, Deputados, não faríamos nada. Então, meu muito obrigado, porque também estão na luta em defesa dos animais.

Antes do encerramento, também quero parabeniza-lo, Deputado Ricardo, pelas suas palavras. Eu acho que todos nós temos que nos juntar nesse caminho.

Quero passar a palavra, rapidamente, para a Dra. Nayana e para a Dra. Eliane, para suas considerações finais.

A SRA. NAYANA FADUL DA SILVA - Eu gostaria de, mais uma vez, agradecê-los por esta oportunidade. Estar aqui, para mim, é muito importante. Confesso que, pela primeira vez, fui forçada a olhar as imagens e vídeos. Por isso mesmo a minha emoção, e peço também perdão por isso. Mas realmente é difícil manter o controle diante de tamanha atrocidade.

Quero parabenizar os Exmos. Srs. Deputados Ricardo Izar, Ricardo Tripoli e Antônio Roberto pela paixão e competência com que lutam pela causa dos animais, seres indefesos, capazes de distribuir, de dar amor incondicional ao ser humano. Infelizmente, muitas vezes a recíproca não é verdadeira.

Com relação à pergunta do Deputado Ricardo Izar sobre a responsabilidade do prefeito — e mais uma vez falo que a questão criminal, por questão de competência, vou deixar com a Dra. Eliane —, no que diz respeito à verba federal, por exemplo, realmente nós tivemos uma reunião com o representante da CGU, em Belém, que nos explicou que a verba federal, por exemplo, do Fundo Nacional de Saúde, para o Município não vai com dotação específica, com rubrica específica. Então, infelizmente, não há aquela transparência imediata.

O Ministério Público Federal enviou ofícios para que a gente possa saber realmente o que aconteceu na questão do controle de zoonoses — e foi uma justificativa totalmente infundada, mas foi apresentada pelo prefeito —, por quê? Porque, uma vez sabendo o total dessa verba repassada ao Município, o Ministério



Público Federal, logicamente terá condições, no final de todas as apurações, de ingressar com Ação Civil Pública de Responsabilidade por ato de Improbidade Administrativa contra todos os envolvidos, até porque é uma imoralidade, uma ilegalidade. Certamente, a verba federal não foi repassada para que o Prefeito oferecesse recompensa para que fossem capturados cães, muitos menos que se utilizasse transporte da prefeitura para que os cães fossem abandonados e mortos brutalmente, como foram.

Realmente, há essa questão da responsabilidade administrativa, da improbidade. Concordo que é necessário haver mudanças nessa questão da transparência das verbas.

Contem, também, com Ministério Público. O Projeto é o de nº 1.376, e, se não me engano, o projeto do Deputado Ricardo Tripoli é o de n 2.833. Então, realmente, o envolvimento de todos os órgãos é necessário. Hoje eu estou me estendendo muito, saio emocionada, mas saio, também, assim como a Dra. Débora falou, com a esperança de saber que muitos lutam por essa causa tão nobre, que é a causa dos animais, do bem-estar desses seres. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - Dra. Nayana, V.Exa. não tem que pedir perdão por sua emoção. Os que não se emocionaram é que têm que começar a pedir perdão.

Com a palavra a Sra. Eliane.

A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA - Deputado Antônio Roberto, bendita seja a imunidade Parlamentar. (*Risos.*) Quem dera...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - Eu ainda vou usar a imunidade em outros momentos. Eu não fiz nada ainda...

A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA - Estou brincando com o senhor. Pelas possibilidades que o senhor tem de ser tão assertivo, em alguns momentos nos causa inveja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - Agora, com verdade, essa minha assertividade é anterior à imunidade.

A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA - Que bom!

Exmo. Sr. Deputado Izar — peço inclusive desculpas por não ter me direcionado imediatamente ao senhor no início da minha fala —, eu queria saudá-lo,



pois a sua fala foi muito precisa, realmente muito precisa. Pelo tempo, não tenho como me estender. Preciso dizer que existem partes ainda sigilosas da nossa apuração que eu não posso, obviamente, expor neste momento, mas o que eu posso-lhe assegurar é que, com relação à questão das verbas públicas e dos crimes praticados, nós estamos dando uma atenção pente-fino a todos esses elementos. E certamente bons resultados virão dessa nossa investigação.

Especificamente sobre a questão do Aragoni, eu gostaria de dizer também que o Ministério Público está atento. E aí eu ressalto o que o Deputado Tripoli falou: *“Tudo está conectado”*. Nós tivemos a violação de direitos humanos, pela violência, pela crueldade contra os animais; nós tivemos a lesão, a ameaça àqueles que são defensores dos direitos dos animais; nós tivemos o envolvimento de crianças e adolescentes; a violação ao direito do idoso. Então, tudo está conectado. Estamos muito atentos, pente-fino, a todos esses elementos.

Certamente, no campo da questão dos recursos públicos, já existem elementos suficientes que fazem o Dr. Nelson Medrado, Procurador de Justiça, afirmar a viabilidade da interposição de ação de improbidade administrativa.

Gostaria de reforçar apenas um ponto que eu me esqueci de mencionar. Nós já apuramos também que para o Município, em que pese não ter a rubrica específica — não tem — há recursos para essa vigilância. Apesar disso, o Município de Santa Cruz não possui sequer um médico veterinário. O Município todo não tem um médico veterinário. Então, existem opções que precisam ser questionadas. Se se quer ter cuidado, se se quer fazer o enfrentamento das zoonoses, há que se fazer pelo caminho correto — e certamente não é esse.

O último ponto, Vereador Igor. Saúdo-o por sua atuação e quero lhe dizer que, em relação a todos esses Municípios, certamente nós temos que nos unir e fazer uma intervenção efetiva. Por quê? Porque, nos últimos 5 anos, o único Município que notificou zoonoses no Pará foi Marabá. Então, isso nos indica que o que está sendo feito está sendo feito sem cautela. Então, isso demanda uma atuação conjunta. E o Ministério Público precisa dessa parceria. No mesmo sentido, eu falo aos Exmos. Srs. Deputados.



Agradeço imensamente, pedindo desculpas pelos promotores que não puderam se fazer presentes em razão do tempo, mas, com algum esforço, eu acho que conseguimos contribuir adequadamente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - Antes de encerrarmos, eu vou passar a palavra ao Vereador Igor. Depois, para o Sr. Aragoni.

Eu tenho duas notícias para vocês dois. Uma notícia ruim: vocês terão só 1 minuto. Uma notícia boa: não vai ser 1 minuto para os dois, mas para cada um.

Com a palavra o Sr. Igor Normando.

O SR. IGOR NORMANDO - Primeiramente, eu gostaria de fazer um apelo à Comissão de Meio Ambiente e à frente parlamentar para que seja enviado ao Governo do Estado e às Prefeituras que estão envolvidas nesses episódios, para que apresentem justificativas, para que a gente possa discutir, construir esse debate e apresentar soluções.

Faço também um convite. Eu vou sentar depois com os nobres companheiros de causa que estão aqui presentes, para que a gente construa no Estado uma audiência pública como esta aqui, com a participação de todos: dos protetores, daqueles que estão lá. Faço um convite aos senhores para que estejam presentes conosco, encampando essa luta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - Vereador. Desculpe-me, só para esclarecer. A frente parlamentar já comunicou ao Governo do Pará e comunicou também à Prefeitura Municipal. É lógico que a Prefeitura não respondeu, mas nós já recebemos a resposta do Governo.

O SR. IGOR NORMANDO - Legal. Eu peço que compartilhem isso conosco para que possamos fazer essa discussão.

Como Presidente da Federação de Câmaras e Vereadores do Estado do Pará, eu enviarei um ofício, assim que chegar a Belém, pedindo para que seja aberta a CPI para que sejam apurados os fatos. (*Palmas.*) Eu gostaria de dizer isso e pedir aos Vereadores que encampem essa luta conosco.

No mais, agradeço o convite, agradeço imensamente a esses colegas que vieram do Pará conosco, que são lutadores incansáveis. Temos acompanhado. São poucos aqueles que realmente têm bom senso e vontade de construir e de ajudar. E,



com certeza, as pessoas que estão aqui são pessoas que ajudam a construir esse movimento e fazem essa luta conosco de forma muito salutar, muito saudável, muito democrática.

Agradeço ao Sr. Aragonei e a toda a turma de Santa Cruz do Ararari, porque, sem sombra de dúvida, sem ele a gente não conseguiria chegar, a gente não conseguiria ter as informações necessárias. Então, foram fundamentais aqueles de Santa Cruz do Arari que estavam engajados nessa construção, nessa luta, para que a gente pudesse levar essa informação a todo o Brasil.

No mais, meu muito obrigado aos Deputados, a todos os senhores que participaram aqui conosco desta audiência. Com certeza nós estamos de portas abertas para recebê-los e não só receber a ajuda dos senhores, mas também para ajudá-los.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - Parabéns, Vereador Igor! Agora, para encerrar, tem a palavra o Sr. Aragonei.

O SR. ARAGONEI DOS SANTOS BANDEIRA - Eu só quero agradecer a todos que estiveram aqui nesta reunião hoje. Peço que seja feita justiça também.

Meu muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Roberto) - Olha, eu queria dizer que, a partir das 15 horas de hoje, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão a dispor dos interessados na página da Comissão do Meio Ambiente na Internet, no *link* "Reuniões". Os senhores poderão ver sua participação, levá-las, etc.

Agradeço a presença aos convidados. Foi uma alegria muito grande — o nível foi muito alto, não só intelectual, mas também emocional — pela junção da sensibilidade humana. Aos demais presentes, aos nobres Deputados, vamos nos unir, vamos lutar cada vez mais. O senhor, como Vereador, tem muito a fazer. Queremos participar dessa audiência pública lá. Eu acho que nós deveríamos mandar para todos os jornais do Pará informações a respeito dessa audiência, mandar para todo o mundo.

Não foi tão grande a participação dos internautas, mas com certeza a gente vai começar a receber vários *e-mails*.



Vou, então, agradecer mais uma vez aos competentes funcionários que trabalham na Comissão do Meio Ambiente.

Encerro esta reunião de audiência pública. (*Palmas.*)